



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



SÍTIO BENJAMIN: UM ENGENHO NAS CERCANIAS DA BELÉM OITOCENTISTA

**SÍTIO BENJAMIN: A MILL IN THE SURROUNDINGS
OF THE NINETEENTH-CENTURY BELÉM**

Lucas Monteiro de Araújo



Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil

RESUMO

Os mapas oitocentistas, com frequência, representam as cercanias da cidade de Belém, no atual estado do Pará, como um grande vazio demográfico. Essa região, todavia, desde finais do século XVII, já vinha sendo ocupada por chácaras, fazendas, sítios e engenhos pertencentes, principalmente, a membros da elite paraense, conforme mostram diversas cartas de doação e sesmaria do período. Algumas dessas propriedades despontam com frequência em pesquisas sobre a ocupação da capital do Pará, outras, no entanto, ainda permanecem desconhecidas ou pouco estudadas. Esse é o caso do Sítio Benjamin, também chamado engenho do Maguari, de posse do norte-americano Benjamin Upton. Os poucos registros que se tem sobre o local são, quase que exclusivamente, feitos por viajantes naturalistas que, em meados do século XIX, visitaram-no. Diante deste cenário de esquecimento, este artigo se propõe a desvelar a existência dessa propriedade, destacando sua possível localização hoje, bem como expor aspectos relativos à vida e ao trabalho naquele que foi um conhecido engenho de arroz oitocentista. Para tanto, centramos nossos esforços no estudo da produção bibliográfica de cinco viajantes, além de matérias jornalísticas e outras publicações nacionais e internacionais.

Palavras-chave: engenho; Belém; viajantes; século XIX; Pará; Sítio Benjamin.

ABSTRACT

Nineteenth-century maps often represent the surroundings of the city of Belém, in the current State of Pará, as a large demographic void. This region, however, since the end of the 17th century had already been occupied by farms, ranches, and mills belonging mainly to members of the Pará elite, as shown by several donation and sesmaria letters of the period. Some of these properties frequently appear in research about the occupation of the capital of Pará, others, however, remain unknown or little studied. This is the case of Sítio Benjamin, also called the Maguari mill, owned by the American Benjamin Upton. The few records about the place are almost exclusively made by naturalists who visited it in the mid-19th century. Given this scenario of forgetfulness, this article aims to reveal the existence of this property, highlighting its possible location today, as well as exposing aspects related to life and work in what was a well-known 19th century rice mill. We focus our efforts on the study of the bibliographic production of five travelers, in addition to journalistic articles and other national and international publications.

Keywords: mill; Belém; travelers; nineteenth century; Para; Sítio Benjamin.

1 INTRODUÇÃO

Na região do estuário do rio Amazonas, nos primeiros séculos, a ocupação portuguesa se centrou nas terras próximas à cidade de Belém, no atual estado do Pará. Diversas chácaras, sítios e engenhos foram criados às margens de rios, furos e igarapés para o cultivo, principalmente, da cana de açúcar (Marin, 2000).

Algumas dessas propriedades são hoje foco de repetidos estudos que ajudam a remontar a história não só da cidade de Belém, mas também de parte da região metropolitana. Exemplos disso são os engenhos do Murutucu – fundado no século XVIII por João Manuel Rodrigues – e do Uriboça – atualmente Comunidade Quilombola do Abacatal (Bezerra Neto, 2002; Castro; Marin, 2004; Santos; Costa, 2017).

Mesmo que exista uma considerável produção bibliográfica acerca dos engenhos existentes nas cercanias de Belém (e.g. Anderson, 1991; Marin, 2000; Watrin; Homma, 2007; Pantoja, 2014), algumas propriedades ainda passam despercebidas pela historiografia local. Esse é o caso do chamado Engenho do Maguari, fundado no século XVIII por um membro desconhecido da aristocracia local (Edwards, 1847).

Essa propriedade figura pontualmente em um ou outro trabalho acadêmico (Cueva, 2011; Planck, 2013; Nunes, 2018; Lima, 2014), todavia, pouco ou quase nada se sabe sobre ela; sua existência é registrada, principalmente, por viajantes naturalistas que passaram por Belém em meados do século XIX. Durante a estadia na capital paraense, esses expedicionários não deixavam de realizar pequenas excursões às cercanias da cidade. Em especial, visitavam exatamente as chácaras, sítios, fazendas e engenhos de políticos e membros da elite local – entre os quais figura a propriedade do Maguari.

As excursões às cercanias da cidade tinham como objetivo principal a realização de estudos e a formação de coleções de história natural. A vinda dos viajantes ao Brasil estava diretamente ligada às ambições científicas dos centros intelectuais da Europa e América do Norte. Museus, jardins botânicos, universidades, sociedades científicas, entre outros, desde o iluminismo, almejavam classificar todo o mundo natural. Os viajantes naturalistas foram parte importante nesse processo, pois eram eles que se “aventuravam” em terras distantes para registrar e coletar tudo o que estivesse ao alcance do olho e, assim, fornecer os materiais necessários aos estudos científicos (Pratt, 1999; Kury, 2001; Pataca, 2011; Possas, 2013).

As expedições frequentemente contavam com apoio de instituições científicas e, às vezes, até mesmo de monarcas. Especificamente falando sobre o cenário brasileiro, tanto a Família Real quanto as elites política e econômica assenhoravam os empreendimentos científicos, pois viam-no (a ciência como um todo, na verdade) como um instrumento da civilização. Dessa maneira, apoiar a ciência e seus instrumentos de operação era uma forma de mimetizar os valores civilizacionais dos centros de poder globais, em especial, da Europa (Sanjad, 2010; Carula, 2016).

Ainda que refletindo valores e visões do mundo do colonizador, em outros trabalhos (Araújo, 2017, 2021), já ressaltamos a importância da chamada “Literatura de Viagem” (livros, artigos, cartas etc. escritos pelos expedicionários) para o estudo da história da Amazônia. Esses materiais auxiliam não somente na compreensão de aspectos sociais e econômicos da região, como também permitem acompanhar processos de desenvolvimento do espaço rural e urbano do Brasil. Mais além, não poucas vezes, os escritos de viagem se mostram como registros únicos de lugares, pessoas, saberes e práticas esquecidas nos porões da história nacional.

Este artigo pretende adensar compreensões sobre o engenho do Maguari. Buscamos lançar luz sobre sua localização (na divisa entre os municípios de Belém e Ananindeua), bem como analisar aspectos referentes à vida e ao trabalho de negros escravizados, indígenas e estrangeiros que habitavam a propriedade e suas cercanias.

Para alcançarmos nosso objetivo, analisamos a produção bibliográfica de cinco viajantes que visitaram o local em meados do século XIX: Daniel Parish Kidder (1815-1891), William Henry Edwards (1822-1909), Henry Walter Bates (1825-1892), John Essaias Warren (1827-1896) e Alfred Russel Wallace (1823-1913). Em paralelo a essas fontes, também buscamos informações em periódicos locais e outras publicações nacionais e internacionais que ajudam a remontar a história da propriedade.

2 UM ENGENHO NAS CERCANIAS DE BELÉM

Dos relatos de viagem emerge a unânime informação de que, em meados do século XIX, o engenho do Maguari era de propriedade do norte-americano Benjamin Upton. Informações sobre ele são fornecidas por John Adams Vinton, no livro *The Upton Memorial*¹ (Vinton, 1874). O autor nos

¹ A publicação busca fazer um registro da genealogia dos descendentes de John Upton, primeiro imigrante europeu de nome Upton a chegar em Massachusetts, Estados Unidos.

informa que Benjamin Upton nasceu em 1809, na cidade de Salem, nos Estados Unidos, sendo o filho mais velho do Capitão Benjamin Upton e de Priscilla Ropes Upton.

Benjamin Upton foi comerciante em várias partes da América do Sul, incluindo Belém, onde formou uma sociedade chamada “Guimarães & Upton”, que importava produtos dos Estados Unidos para serem vendidos na capital paraense. O periódico *Treze de Maio*, de 25 de abril de 1854, exemplifica o tipo de comércio que a sociedade fazia ao comentar a chegada da barca americana *Active*, nos portos de Belém, carregada com mais de quarenta tipos de produtos (de comida enlatada a móveis), consignada pelos sócios (*Treze de Maio*, 1854).

Além de comerciante, Benjamin Upton também ocupou o cargo de Cônsul interino dos Estados Unidos no Pará, como consta no “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros” (1850), bem como em Buenos Aires, como nos informa Vinton (1874). No tempo que morou em Belém, ele conheceu Maria Francisca Bulhão, com quem se casou e teve quatro filhos.

As origens do engenho adquirido por Upton remontam ao século XVIII. O entomologista norte-americano William Edwards (1847, p. 57) comenta que:

The building, a part of which is now used as a rice mill, was formerly appropriated to different purposes, and was the manor house of a vast estate, now mostly unproductive. It was in the days of Para’s glory, under the old regime, and here, upon the finishing of the structure, were gathered all the beauty and aristocracy of the city — coming down in barges, with music and flying streamers, to a three days’ revel. Every Sunday, the old proprietor rode through the forest to the city, with coach and four. Those days have passed, and the boundless wealth and the proud aristocracy that surrounded the viceroy’s court, have passed with them. An American company, formed at Northampton, Mass., purchased the estate, and, for many years, under the superintendence of Mr. Upton, the agent and main proprietor, have carried on a large and profitable business².

² Em tradução livre: “O edifício, parte do qual hoje é usado como moinho de arroz, foi outrora apropriado para diferentes fins, e foi a casa senhorial de uma vasta propriedade, hoje em grande parte improdutiva. Foi nos dias de glória do Pará, sob o antigo regime, e aqui, na finalização da estrutura, reuniu-se toda a beleza e aristocracia da cidade – descendo em barcaças, com música e flâmulas, para três dias de deleite. Todos os domingos, o velho proprietário cavalgava pela floresta até a cidade, com carruagem e quatro. Esses dias passaram, e a riqueza sem limites e a aristocracia orgulhosa que cercava a corte do vice-rei passaram com eles. Uma empresa americana, formada em Northampton, Massachusetts, comprou a propriedade e, por muitos anos, sob a superintendência do Sr. Upton, o agente e principal proprietário, conduziu um negócio grande e lucrativo”.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a região do rio Maguari e seus afluentes passaram por um relativo processo de ocupação caracterizado, principalmente, pelo surgimento de pequenas propriedades voltadas para a produção agrícola, conforme atestam diversas cartas de doação e sesmarias do período (Fischer, 2017). Foi nesse contexto, segundo aponta Edwards (1847), que um rico membro da sociedade paraense adquiriu as terras e ergueu o prédio que mais tarde serviu de sede ao engenho de Upton.

O excerto também revela que, no século XIX, a propriedade não teria sido adquirida por Benjamin Upton, mas por uma empresa formada em Northampton, nos Estados Unidos, que tinha o norte-americano como acionista principal. O comerciante, como fica evidente, tinha diversos negócios entre a América do Sul e os Estados Unidos, sendo sócio de diversas empresas e sociedades que atuavam em diversos ramos comerciais.

O engenho do Maguari se manteve ativo por um curto intervalo de tempo entre as décadas de 1840 e 1850 – momento em que são produzidas as principais narrativas estudadas nesta pesquisa. Todavia, ainda em meados do século XIX, registros apontam que os negócios de Benjamin Upton não estavam prosperando, o que teria levado o norte-americano a vender a propriedade.

Em sua edição de 22 de fevereiro de 1856, o periódico *Treze de Maio* expôs a situação financeira do comerciante ao reproduzir a decisão do juiz municipal, Joaquim Fructuoso Ferreira Guimarães, de declarar a falência da sociedade “Guimarães & Upton” e decretar a venda de seus patrimônios para quitação de dívidas (Treze de Maio, 1856).

Após sanar seus débitos, Benjamin Upton se muda para a Argentina e, já em 1866, temos o registro de que ele estava morando em Nova Iorque (Vinton, 1874). Mesmo morando fora do Brasil, ele aparentemente ainda manteve comércio no país, chegando inclusive a conseguir, em 1869, autorização e privilégio do senado brasileiro para a fabricação e venda de tijolos do tipo *american building block* (Senado, 1869).

Foi provavelmente enquanto morava no exterior que Upton vendeu o engenho do Maguari. João de Palma Muniz, em sua obra *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*, dá-nos uma pista da transação ao informar que, no “Livro de Registros Paroquiais da Freguesia de Sant’Anna”³, foi anotado pelo vigário Felipe Nery da Cunha que “Antonio José de Miranda é possuidor n’esta freguesia de Sant’Anna de uma sorte de terras denominadas Benjamin por compra á Benjamin Upton Junior” (Muniz, 1904, p. 104).

³ Os registros paroquiais de terra foram instituídos entre 1854 e 1856, em decorrência da promulgação da Lei de Terras de 1850 (Silva, 2008).

O período em que a propriedade esteve sob a administração de Antonio José de Miranda é pouco documentado, não tendo sido encontrados registros jornalísticos ou relatos de viajantes sobre o local até 1889, quando o jornal *A Reação*, de 11 de agosto de daquele mesmo ano, aponta que Francisco Acácio Correa, o Barão de Guamá, adquiriu a propriedade (*A Reação*, 1889).

Curiosamente, quatro anos mais tarde, o estabelecimento seria posto à venda novamente, conforme aponta notícia veiculada no periódico paraense *O Liberal do Pará*, em sua edição de 11 de maio de 1893: “Vende-se o bem montado estabelecimento Ariry (antigo Benjamim) do exm. Sr. Barão de Guamá, á pequena distância d’esta capital, entre as estradas de ferro de Bragança e a do Pinheiro, com fácil comunicação por terra e por água”.

É importante salientar as mudanças no nome do estabelecimento, que é chamado apenas como engenho do Maguari pelos viajantes, mas aparece como Ariry, nas folhas dos jornais, e Sítio Benjamin, no livro de Palma Muniz. Essas informações nos dão pistas sobre a possível localização da propriedade, pois, na dinâmica de desenvolvimento das cidades, ainda que muita coisa se altere, “rastros de memória” nos informam o que os lugares foram no passado.

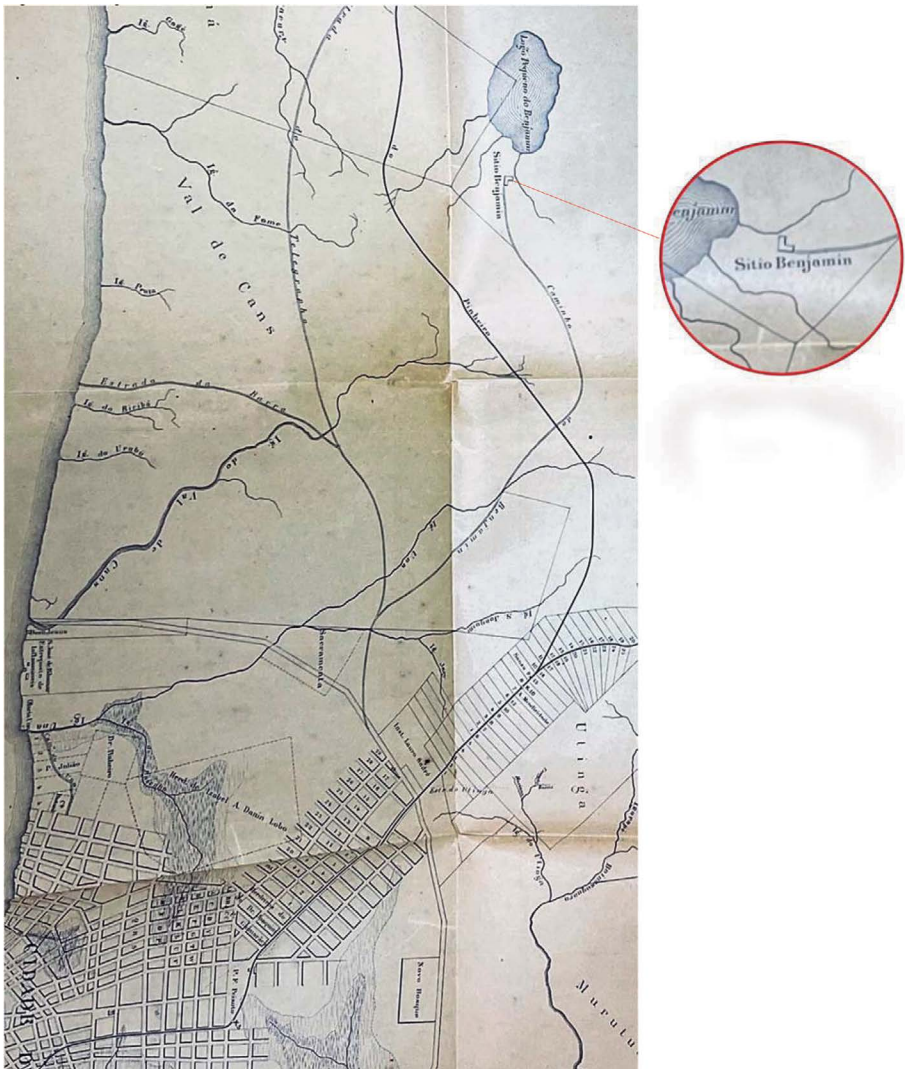
De igual maneira, o anúncio jornalístico acima destacado também nos auxilia nesse processo ao estabelecer que o engenho se localizava no perímetro entre as estradas de ferro de Bragança e a do Pinheiro. Ademais, é unanimidade entre os viajantes o fato de que o engenho do Maguari se localizava a cerca de doze milhas (ou aproximadamente 19 quilômetros) de Belém. A viagem por terra poderia levar mais de seis horas e era feita majoritariamente a pé. O percurso partia da antiga Estrada de Nazaré (atual Avenida Nazaré) para depois se ligar a um caminho que foi aberto especialmente para chegar na propriedade – o qual foi posteriormente chamado de “caminho do Benjamin” por Palma Muniz.

Mas a viagem também poderia ser feita por rio, já que a propriedade estava às margens do Igarapé “Iritiri”, atual rio Ariri (que, conforme visto acima, também deu nome à propriedade), braço do rio Maguari. William Edwards, Henry Bates e Alfred Russel Wallace foram alguns do que fizeram a viagem pelo rio, um percurso que, segundo Edwards (1847, p. 42), demorava “duas marés, ou cerca de dez horas”.

Nenhum dos viajantes produziu mapa ou deu mais detalhes sobre a localização do estabelecimento. Palma Muniz, contudo, em sua já referida obra sobre os patrimônios dos conselhos municipais do Pará, anexou uma série de mapas da capital paraense e seus arredores, sendo que, no mapa n.º 18, ele pontua a localização do Sítio Benjamin (Figura 1).

O engenho localizava-se no meio do caminho entre Belém e Vila do Pinheiro (atual Icoaraci). Ainda que o mapa nos auxilie a ter noção, identificar precisamente hoje onde se encontrava a sede do local é tarefa complexa, todavia, os já referidos “rastros de memória” nos dão, mais uma vez, pistas valiosas.

Figura 1 – Mapa das cercanias de Belém



Fonte: Muniz (1904).

Vale destacar três elementos do mapa de Palma Muniz: primeiramente, o chamado Ramal do Pinheiro, que foi uma via férrea que conectava a Vila do Pinheiro à Estrada de Ferro Belém – Bragança (Vianna, 1906). Com a extinção da ferrovia na década de 1965, o ramal deu origem à atual Avenida Augusto Montenegro, que segue quase que integralmente o traçado original da antiga via férrea. Assim, através do próprio desenho e quilometragem da avenida, é possível identificar o perímetro em que se encontrava o engenho.

O segundo elemento que merece ser destacado é o próprio caminho do Benjamin. Com o crescimento urbano da cidade de Belém, a parte do caminho entre o antigo Ramal do Pinheiro e o Instituto Lauro Sodré (atual sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará) deu lugar a novas ruas e avenidas. A outra parte – entre o ramal e o engenho – manteve parcialmente seu nome original, sendo seu trajeto hoje dividido entre a Rodovia Transcoqueiro e a Estrada do Benjamin⁴.

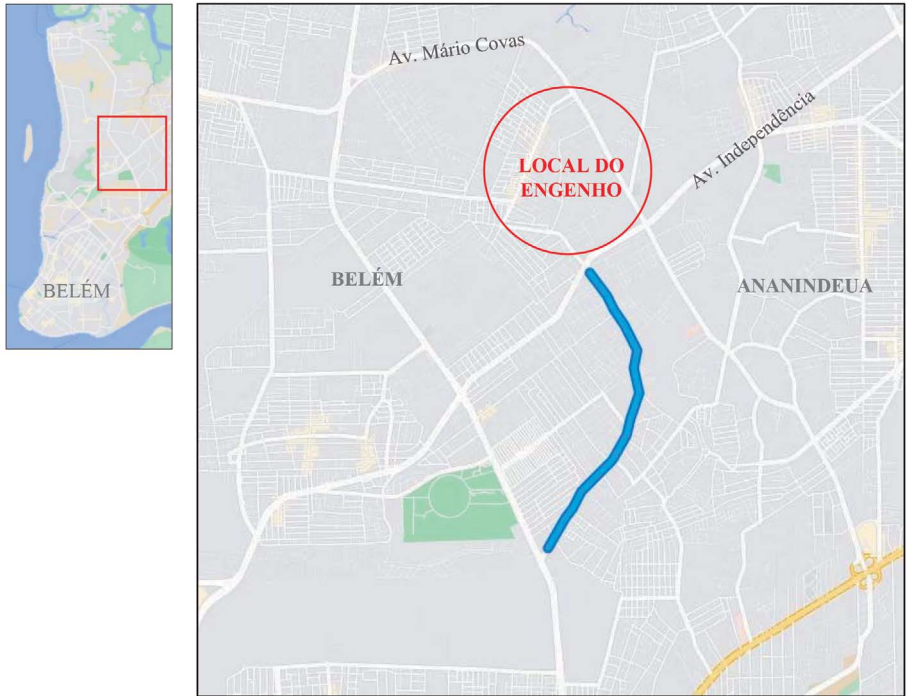
A manutenção do trajeto original de parte do caminho, bem como de seu próprio nome, leva-nos a visualizar aquilo que Sarraf-Pacheco (2006, p. 24) ajuíza como Cidade-Floresta, ou seja, “[...] uma outra lógica de cidade, onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas [...]”. Nesse sentido, salta aos olhos de quem observa o mapa da região – onde, provavelmente, se situava o engenho – a diferença entre o ordenamento das novas ruas que foram abertas com o crescimento urbano de Belém e o traçado “indisciplinar” do antigo caminho, que, mesmo após ser transformado em rodovia, segue seu antigo percurso sinuoso.

Por fim, vale destacar a existência do Lago Pequeno do Benjamin, situado próximo à sede da propriedade. Com o processo de urbanização da região do rio Ariri, o lago foi majoritariamente aterrado. Atualmente, apenas uma pequena parte daquele reservatório ainda se preserva, estando dividido entre os terrenos da sede campestre da Associação de Desportos Recreativa Bancrévea e um restaurante do tipo “pesque e pague” – ambos localizados na Avenida Mário Covas, divisa entre os municípios de Belém e Ananindeua.

A partir do cruzamento de todos os elementos acima expostos, foi possível delimitar a possível área onde se localizava o engenho, conforme mostram as figuras 2 e 3.

⁴ Esta foi a parte do antigo “Caminho do Benjamin” que manteve seu nome original. CEP: 66.650-450.

Figura 2 – Localização do engenho (destacado em azul a parte ainda existente do antigo Caminho do Benjamin)



Fonte: Adaptado de *Google Maps*.

Figura 3 – Imagem de satélite do possível local do engenho (destaque para a parte do lago que não foi aterrada)



Fonte: Adaptado de *Google Maps*.

A área delimitada é hoje ocupada não somente por residências, mas também abriga clubes, sítios, indústrias e grandes comércios, de forma que somente estudos prospectivos arqueológicos poderiam identificar com precisão a localização do prédio da sede do engenho.

3 VISITAS A UM ENGENHO DE ARROZ

As visitas dos viajantes ao engenho do Maguari eram pequenas excursões que duravam apenas uns poucos dias – no geral, não mais que uma semana. As observações feitas pelos naturalistas nos dão importantes informações sobre a vida e o trabalho naquele local, bem como revelam relações e trocas comerciais estabelecidas com moradores das suas cercanias.

Inicialmente, salta aos olhos dos expedicionários que visitaram o engenho a exuberância do caminho até o local. “A estrada atravessava, durante quase todo o percurso, uma floresta contínua de densidade e magnitude tais como jamais poderíamos ter concebido antes de termos nela penetrado”, registrou Daniel Kidder (2008 [1845], p. 214).

Florestas densas, com árvores de grandes dimensões e uma quietude quebrada aqui e acolá pelo canto dos pássaros, emergem em uma narrativa romantizada da natureza tropical que preenchia as expectativas dos naturalistas quando exploravam o território nacional. Márcia Naxara (2004, p. 77) aponta a este respeito que, “[no] século XIX, a natureza, seus elementos, recantos, arranjos e paisagens, constituíram lugar exemplar para a expressão dos sentimentos e emoções dos homens, na sua mais ampla gama de intensidades e possibilidades”.

Karen Lisboa (1997) assinala que foi o naturalista alemão Alexander von Humboldt, um dos mais famosos de seu tempo, quem introduziu a metodologia de análise do mundo natural, levando em conta a sensibilidade romântica daquele que observa. Nesses termos, registrar sentimentos e sensações que emergiam em contato com a natureza tropical, longe de ser mero personalismo, era também fazer científico (Araújo, 2017).

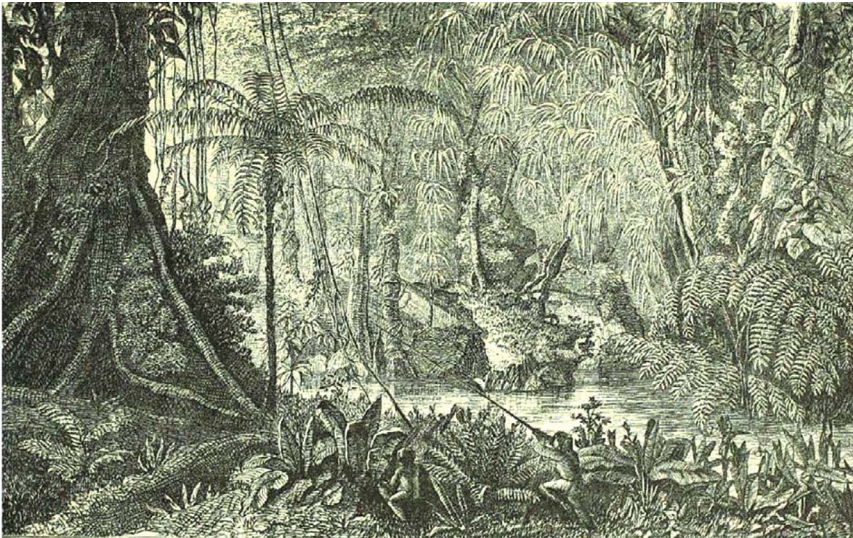
A mais clara expressão deste tipo de narrativa aparece no relato de John Warren (1851, p. 211), quando descreve a paisagem ao longo do caminho do Benjamin:

A scene of unparalleled magnificence now opened upon us. The trees on every side looked as if they were made of emeralds, while the dewdrops on every leaf glittered like precious gems. The animal and vegetable kingdom became simultaneously reanimated, and the wild woods rang

with the glad voices of ten thousand awakened birds—flocks of parrots chattered vociferously over our heads, toucans screamed from the summits of the loftiest trees, while numbers of red-crowned and white-bearded manakins flew across our path, and sprightly humming birds gleamed in sudden flights from flower to flower. Above all, however, sounded the clear metallic notes of the bell-bird, ringing forth in soft melodious tones, the cheerful “break of day”⁵.

Outros viajantes, a exemplo do companheiro de Warren na viagem – a quem o expedicionário nomeia apenas como “J” –, vão definir aquele local como o próprio paraíso na Terra. Henry Bates, por sua vez, na reconhecida impossibilidade de descrever a magnitude da paisagem, produz o único registro iconográfico que se tem do caminho (Figura 4).

Figura 4 – Interior da floresta



Fonte: Bates (1892 [1863], p. 37).

Após cerca de seis horas de viagem (ou doze, se o caminho escolhido foi o rio), os naturalistas finalmente alcançavam seu destino. O prédio principal do engenho era uma estrutura em pedra cuja construção remonta aos tempos do

⁵ Em tradução livre: “Uma cena de magnificência incomparável agora se abriu sobre nós. As árvores de todos os lados pareciam feitas de esmeraldas, enquanto as gotas de orvalho em cada folha brilhavam como pedras preciosas. Os reinos animal e vegetal foram simultaneamente reanimados, e os bosques selvagens ressoaram com as vozes alegres de dez mil pássaros acordados – bandos de papagaios tagarelavam vociferantemente sobre nossas cabeças, tucanos gritavam dos cumes das árvores mais altas, enquanto um número de pássaros de coroa vermelha e uirapurus de barba branca cruzaram nosso caminho, e alegres beija-flores brilharam em vôos repentinos de flor em flor. Acima de tudo, porém, soavam as claras notas metálicas da araponga, ressoando em tons suaves e melodiosos, o alegre ‘raiar do dia’”.

Brasil colônia. Conforme relatado por William Edwards no excerto destacado na seção anterior, o local havia sido a antiga propriedade de um abastardo membro da elite local que costumava lá passar os finais de semana.

O mapa de Palma Muniz, acima exposto, demonstra que o edifício tinha o formato de “L”, sendo que parte da estrutura estava ocupada com o maquinário do engenho e parte era utilizada como residência (Edwards, 1847). É John Warren (1851, p. 214) quem melhor descreve o prédio ao relatar que “Arriving at the mill, we ascended a flight of steps which carried us up to a spacious veranda, running the entire length of the building. At the extreme end of this covered gallery was a large room on the right [...]”⁶.

Esse prédio provavelmente foi erigido na segunda metade do século XVIII. Henry Bates revela, ao comentar sobre a história do local, que a propriedade chegou a ser tomada durante a revolta da Cabanagem, mas sua estrutura foi preservada pelos revolucionários:

I was told that when the dark-skinned revolutionists were preparing for their attack on Para, they occupied the place, but not the slightest injury was done to the machinery or building, for the leaders said it was against the Portuguese and their party that they were at war, not against the other foreigners⁷ (Bates, 1892 [1863], p. 36).

Uma vasta literatura (e.g. Ricci, 2002; Salles, 2005; Pantoja, 2014; Araújo, 2021) tem demonstrado que diversas propriedades foram saqueadas ou mesmo destruídas pelos revolucionários cabanos apenas por pertencerem a portugueses.

John Hemming (2009) lembra que, nesse período, estabeleceu-se uma perfeita luta simbólica antiportuguesa, na qual qualquer símbolo ligado aos desmandos e às violências históricas lusitanas era destruído. Foram arrasadas não somente as fazendas, chácaras e comércios ou os próprios estrangeiros assassinados, mas também tudo aquilo que os representasse. O botânico britânico Richard Spruce (1908), por exemplo, lembra que o próprio fato de não se falar a língua geral ou manter bigode (hábito incomum entre os indígenas) era sentença de morte nas mãos dos cabanos.

A revolta, todavia, não atingia estrangeiros de outras nacionalidades. Esses, mesmo que caíssem em mãos cabanas, tinham suas vidas e propriedades

⁶ Em tradução livre: “Chegando ao moinho, subimos um lance de escadas que nos levou até uma espaçosa varanda que percorre toda a extensão do edifício. No extremo desta galeria coberta, havia uma grande sala à direita [...]”.

⁷ Em tradução livre: “Disseram-me que quando os revolucionários de pele escura se preparavam para o ataque ao Pará, eles ocuparam o local, mas não houve o menor dano ao maquinário ou prédio, pois os líderes diziam que eram contra os portugueses e seu partido com o qual estavam em guerra, não contra os outros estrangeiros”.

preservadas, como foi o caso do engenho em Maguari. Nesses termos, se Benjamin Upton teria adquirido a propriedade somente na década de 1840, ou seja, após o fim do movimento da Cabanagem, o excerto de Henry Bates nos abre a possibilidade de perceber que o local, antes de Upton, também teria sido de posse de um não português, considerando sua preservação pelas forças cabanas.

Ainda que Benjamin Upton fosse o dono do engenho, ele raramente ia ao local. O comerciante certamente era homem ocupado, ficando a maior parte do tempo em Belém, destinando, então, a administração da propriedade em Maguari a outro estrangeiro, o Sr. Leavens.

A prática de contratar estrangeiros para administrar propriedades rurais na Amazônia era comum. Grandes donos de terra da região, na impossibilidade de estarem presentes em todos os seus domínios, conferiam a terceiros – em geral, estrangeiros – o comando dos sítios, das chácaras, das fazendas, dos seringais e engenhos. Além disso, muitos deles preferiam ficar nas capitais, gozando da estrutura das urbes – que se moldaram aos padrões europeus ao longo do período da *Belle Époque* –, a morar no interior, longe da vida dita “civilizada” (Sarges, 2010; Lima, 2014; Araújo, 2021).

São escassas as informações que se tem sobre Charles Leavens, administrador do engenho em Maguari. Alfred Russel Wallace (2004 [1889], p. 81) apenas registra que ele “[...] é natural do Canadá, onde esteve muito tempo lidando com o comércio de madeiras, do qual tem grande prática”. Foi exatamente por sua experiência como madeireiro que Benjamin Upton o contratou, haja vista que sua propriedade lidava com o comércio de madeira.

Ademais, Charles Leavens também se mostrou um grande interessado em História Natural. Ele forneceu, por exemplo, valiosas informações zoológicas a Wallace, ajudou a formar coleções, bem como acompanhou o naturalista em sua viagem exploratória à região do Rio Tocantins. Por esse seu interesse, Sr. Leavens era um destacável anfitrião dos viajantes que estavam de passagem pelas cercanias de Belém.

A propriedade administrada por Charles Leavens era relativamente pequena. Conforme aponta Rosa Marin (2000, p. 6), ao longo do século XIX, nas cercanias de Belém, “fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou com base na agricultura”.

Além do prédio principal, no engenho de Maguari, existiam apenas mais algumas casas de indígenas e negros escravizados que trabalhavam no local. Segundo registra John Warren (1851, p. 213): “Near to this antique

looking edifice was a group of thatched cottages, which were tenanted by the different natives and slaves employed on the estate. These lay along the borders of the forest”⁸.

O principal produto processado no engenho era o arroz, todavia, a plantaço existente na propriedade em si era diminuta. Alfred Russel Wallace aponta que, devido à falta de mão de obra para trabalhar na lavoura do local, o arroz “raramente é cultivado em grande escala, sendo as maiores safras produto dos índios e dos pequenos lavradores, que as trazem para os engenhos” (Wallace, 2004 [1889], p. 66).

Assim como Wallace, Henry Bates também registrou essas trocas comerciais ao comentar que muitos indígenas e pequenos agricultores que habitavam os arredores do engenho “[...] did business with Mr. Leavens, bringing for sale their little harvest of rice, or a few logs of timber”⁹ (Bates, 1892 [1863], p. 38).

Além do arroz, emerge também a madeira como produto explorado. William Edwards (1847) argumenta que a madeira era frequentemente trocada por arroz quebrado ao invés de ser vendida ao engenho, sendo utilizada principalmente para alimentar as caldeiras dos moinhos movidos a vapor. Nas palavras do autor:

The wood used in the steam mill was brought up by canoes and exchanged for broken rice [...]. Most of those who brought it were women, and they threw it out and piled it, as though they were not unaccustomed to the labor. There was one little boy, of not more than nine years, who used to paddle, alone, a small montaria, unload his wood, buy his rice, and return with the tide¹⁰ (Edwards, 1847, p. 58).

O viajante destaca o papel das mulheres e de uma criança que demonstrava ter relativo costume de realizar trocas de produtos com o engenho. O que fica evidente, então, é que existia uma rede de fornecedores, composta por indígenas e pequenos lavradores que habitavam as cercanias da propriedade e comercializavam ou trocavam suas produções (arroz e madeira, sobretudo) com o administrador do local. A propriedade

⁸ Em tradução livre: “Perto deste edifício de aparência antiga havia um grupo de cabanas de palha, que eram arrendadas pelos diferentes nativos e escravos empregados na propriedade. Estas ficavam ao longo das bordas da floresta”.

⁹ Em tradução livre: “Faziam negócios com o Sr. Leavens, trazendo para venda sua pequena colheita de arroz ou alguns troncos de madeira”.

¹⁰ Em tradução livre: “A madeira usada no moinho a vapor era trazida de canoa, e trocada por arroz quebrado [...]. A maioria dos que trouxeram eram mulheres e elas jogaram para fora e empilharam a madeira, como se não fossem desacostumadas ao trabalho. Havia um menino, de não mais que nove anos, que costumava remar, sozinho, uma pequena montaria, descarregar sua lenha, comprar seu arroz e voltar com a maré”.

de Benjamin Upton, nesses termos, atuava muito mais processando e revendendo os produtos do que, de fato, produzindo-os.

Para beneficiar os produtos, o engenho contava com estrutura pioneira na região. Daniel Kidder (2008 [1845], p. 216) destaca que, no local, “[...] fora instalada por norte-americanos a primeira máquina para beneficiar arroz jamais montada nas adjacências do Pará”. Wallace (2004 [1889]), por sua vez, foi quem mais se dedicou a registrar o maquinário do local. Segundo ele:

Há ali três engenhos: um de serra e dois para arroz.

Um dos destinados ao arroz funciona a vapor e os outros dois são movidos a água, que é obtida por intermédio de uma barragem, a qual represa a água de dois ou três córregos, formando um extenso açude, onde se armazena a água para a movimentação dos maquinismos.

O de serra foi instalado, há pouco, pelo Sr. Leavens, que é um perito construtor de engenhos.

É do gênero comumente usado nos Estados Unidos, e a maneira de aplicar água é bem diferente da que geralmente se vê na Inglaterra (Wallace, 2004 [1889], p. 62).

A propriedade de Benjamin Upton se localizava às margens do igarapé “Irititri”, córrego que era represado para que suas águas tivessem força para mover o engenho. Inicialmente, a propriedade contava somente com esse tipo de maquinário, todavia, “[...] verificou-se que na estiagem ele não produzia força suficiente. Por isso, mandaram buscar nos Estados Unidos um motor a vapor, de dezesseis cavalos, que prestou excelentes serviços” (Kidder, 2008 [1845], p. 216).

William Edwards (1847) comenta que a maior parte da produção de arroz do engenho era destinada à exportação para Portugal. Depois de processado, o grão era enviado para o galpão que Benjamin Upton mantinha no Porto do Sal, em Belém, utilizado tanto para venda dos produtos que ele importava dos Estados Unidos quanto para o armazenamento do arroz, conforme registra a matéria do periódico *Treze de Maio*, em sua edição de 15 de outubro de 1845 (Treze de Maio, 1845).

Ainda que a produção de arroz própria do engenho fosse pequena, a compra das safras dos pequenos lavradores locais garantia, no final, um considerável montante, que requeria o funcionamento ininterrupto dos maquinários para seu processamento. Daniel Kidder (2008 [1845], p. 216), mais uma vez, comenta que “[...] ambas as forças [hidráulica e a vapor] ainda eram insuficientes para dar vazão ao volume de serviço que afluía para a

máquina. [...] conquanto pequeno, o estabelecimento podia ser posto em paralelo com qualquer outro do mesmo gênero no país”.

Ao que parece, apesar de próspero, o engenho enfrentava problemas regulares em sua cadeia produtiva, quer seja pela limitada quantidade de maquinário, que, mesmo trabalhando ininterruptamente, não dava conta da demanda – fator que se agravava no período do verão, quando o nível do rio “Iritiri” baixava e restringia o uso do engenho hidráulico –, quer seja pela própria falta de mão de obra.

Os negros escravizados eram empregados tanto na colheita do arroz quanto no seu processamento. William Edwards (1847, p. 57) indica que “about twenty blacks are employed upon the place”¹¹. John Warren, por seu turno, informa que, além deles, alguns indígenas também trabalhavam no local. O viajante comenta que as cabanas existentes nos arredores do prédio principal da propriedade “[...] were tenanted by the different natives and slaves employed on the state”¹² (Warren, 1851, p. 213).

Cerca de vinte pessoas, entre indígenas e negros escravizados, não conseguiam suprir a alta demanda de trabalhos no engenho. A situação é ilustrada por Alfred Russel Wallace (2004 [1889], p. 65), o qual comenta que, “na ocasião das colheitas, uma certa porção é cortada ainda verde, porque, havendo falta de braços para apanhá-lo prontamente quando está maduro, e sendo o arroz um cereal que rapidamente se desprende do cacho, evita-se-lhe assim o desperdício”.

Benjamin Upton, alguns anos antes da visita de Wallace ao engenho, já havia percebido a situação e ampliado a mão de obra do local. Um anúncio no jornal *Treze de Maio*, de 6 de setembro de 1845, dizia que “Benjamim Upton Junior, precisa alugar 5 pretos aptos para serviço de arroz no Engenho Maguary; quem os tiver e quirão allugar, dirija-se a residencia do annunciante na rua de Santo Antonio” (Treze de Maio, 1845).

Ainda que o norte-americano tenha buscado ampliar a quantidade de pessoas trabalhando no local, o esforço pareceu não suprir a demanda, conforme foi possível constatar através do relato de Wallace. Outrossim, a matéria do jornal ainda nos informa que Benjamin Upton tinha o costume de alugar negros escravizados para o emprego no engenho.

Flávia Souza (2017) comenta que, no século XIX, era comum o aluguel de escravos para o trabalho no campo. A autora evidencia que a prática era

¹¹ Em tradução livre: “Cerca de vinte negros são empregados no local”.

¹² Em tradução livre: “Eram arrendadas para os diferentes nativos e escravos empregados na propriedade”.

muito lucrativa para os proprietários escravistas, pois, além de receberem o valor do contrato de aluguel, eles repassavam ao locatário todas as despesas (como alimentação e vestimenta) com o cativo.

William Edwards (1847) registrou que, no engenho de Benjamin Upton, os negros escravizados recebiam de dois a três dólares por semana. Esse valor era o que recebia, por exemplo, Larry, um dos trabalhadores do local, sobre quem o viajante comenta:

His province was filling and marking the sacks and being paid a price for all above a certain number, he earned, regularly, between two and three dollars a week. We thought, of course, that Larry was in a fair way to be a freeman, and, in our innocence, suggested that he was laying up money to buy his papers. But he dispersed all such notions by the sententious reply, "I do not. buy my freedom, because I am not a fool." He had a good master, he had a wife, and he did not have care or trouble. Thus he was contented¹³ (Edwards, 1847, p. 58).

Larry trabalhava embalando e marcando os sacos de arroz. William Edwards (1847), que, assim como alguns outros viajantes, mostrava-se até certo ponto crítico ao emprego do trabalho escravo, acreditou que o cativo buscava sua liberdade – *"buy his papers"*. Todavia, para sua surpresa, ele negou tal intenção, ato que o viajante julgou ser pela relativa falta de preocupação e problemas – *"he did not have care or trouble"* – que o escravizado supostamente tinha.

Se Larry, por um lado, não almejava obter seus "papéis", por outro, havia cativos do local que sonhavam com a liberdade. "The aspirations of another of these blacks, were more exalted; for one day, as he sat ruminating upon air castles, his soul fired, perhaps, with the glorious 'excelsior' he burst out with, 'I wish I was a rich man, I would eat nothing but fresh fish'"¹⁴ (Edwards, 1847, p. 58).

Outrossim, ainda que Wallace tenha registrado que alguns indígenas também trabalhavam no engenho, a presença deles é mais frequentemente

¹³ Em tradução livre: "Sua província estava enchendo e marcando os sacos, e sendo pagos por todos um preço acima de certo número, ele ganhava, regularmente, entre dois e três dólares por semana. Pensamos, é claro, que Larry estava no bom caminho para ser um homem livre e, em nossa inocência, sugerimos que ele estivesse juntando dinheiro para comprar seus papéis. Mas ele dispersou todas essas noções com a resposta sentenciosa: 'Eu não compro minha liberdade, porque não sou um tolo'. Ele tinha um bom mestre, ele tinha uma esposa e não tinha preocupações nem problemas. Assim ele se contentou".

¹⁴ Em tradução livre: "As aspirações de outro desses negros eram mais exaltadas; pois um dia, enquanto estava sentado ruminando sobre seu sonho acordado, sua alma disparou, talvez, com o glorioso 'excelsior' com que explodiu: 'Eu gostaria de ser um homem rico, não comeria nada além de peixe fresco'".

notada nas cercanias da propriedade. Ao longo do igarapé Iritiri, bem como em outros furos e braços do rio Maguari, habitavam diversas famílias de indígenas que vivam da caça, pesca, agricultura, coleta e venda de produtos florestais.

Henry Bates notou a existência das habitações desses indígenas quando debateu sobre a geografia de Maguari. Ele aponta que “There are many other ramifications, creeks or channels, which lead to retired hamlets and scattered houses, inhabited by people of mixed white, Indian, and negro descent”¹⁵ (Bates, 1892 [1863], p. 38).

Os registros dessas propriedades emergem principalmente em meio às narrativas de pequenas excursões que os naturalistas faziam aos arredores do engenho de Benjamin Upton. John Warren, em uma dessas ocasiões, teve a chance de visitar o sítio de um tapuio “altamente estimado” chamado “Senhor Ramundo”, que morava no local com suas dez filhas.

Walking up the bank, we saluted the proprietor, and requested permission to examine the beauties and curiosities of the place, which was readily granted us. The grounds connected with the estate were very extensive, and well supplied with fruit trees and curious plants of many kinds¹⁶ (Warren, 1851, p. 226).

Na extensa propriedade do Sr. Raimundo, eram cultivados diversos tipos de frutas – Warren (1851) destaca, por exemplo, a banana e o abacaxi. As produções desses sítios, com frequência, abasteciam os mercados da capital paraense, como o do Ver-o-Peso. Henry Bates (1892 [1863]) comenta que, na viagem por rio até o engenho de Benjamin Upton, é possível encontrar, aqui e acolá, alguns indígenas cruzando o rio em suas “montarias”, levando frutas e peixes para Belém.

Nesse sentido, Rosa Marin (2000, p. 7) é mais uma vez esclarecedora ao comentar, em relação à ocupação das cercanias da capital do Pará, que “todas as unidades se distribuíam as margens do rio e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém”.

Além dos sítios dos indígenas, também existiam diversas outras propriedades agrícolas ao longo do rio Maguari e seus afluentes. Luly Fischer

¹⁵ Em tradução livre: “Existem muitas outras ramificações, riachos ou canais, que levam a vilarejos afastados e casas espalhadas, habitadas por mestiços de brancos, índios e negros”.

¹⁶ Em tradução livre: “Subindo a margem, saudamos o proprietário e pedimos permissão para examinar as belezas e curiosidades do lugar, que prontamente nos foi concedida. Os terrenos ligados à propriedade eram muito extensos e bem providos de árvores frutíferas e plantas curiosas de vários tipos”.

(2017) aponta que a região do rio Maguari já vinha sendo ocupada desde o final do século XVII, fato possível de ser comprovado através dos diversos registros de sesmarias do período.

Assim, quando navegando pelos arredores da propriedade de Benjamin Upton, emerge dos relatos de viagem a existência de grandes propriedades com plantações de cana-de-açúcar. William Edwards (1847, p. 60), por exemplo, narra a visita que fez a uma propriedade chamada por ele de “Corrientiores”, pertencente a um “homem branco”, que, em outros tempos, havia sido uma grande *plantation*.

Frequentemente, todavia, no roteiro dos viajantes, estava a propriedade chamada “Laranjeiras”, nas proximidades do engenho de Upton. John Warren (1851) registra que lá existia um entreposto militar e de fiscalização, que contava, inclusive, com uma pequena tropa e um arsenal bélico utilizado na prevenção do contrabando de bens estrangeiros pelos rios e igarapés da região.

O comandante local, chamado por Warren de “Sr. Prout” e por Wallace apenas de “Sr. C.”, era um grande entusiasta das ciências naturais, que auxiliava, sempre que possível, na formação de coleções (William Edwards, por exemplo, teria conseguido ali um pequeno conjunto de conchas).

Ainda que o foco principal deste trabalho seja o engenho de Maguari, registrar a existência das outras propriedades demonstra que os igarapés, rios e lagos dos arredores da propriedade de Upton já vinham sendo ocupados desde o final do século XVII – mesmo que, não poucas vezes, os mapas da época registrem aquela área como um grande vazio.

Ademais, apreender o processo de ocupação da área também nos abre a possibilidade de ajuizar as diversas relações de trocas comerciais estabelecidas entre as propriedades da região, bem como amplia o horizonte para que futuros estudos possam ajudar a povoar partes dos mapas oitocentistas ainda em branco.

4 CONCLUSÃO

Ainda que sejam escassas, as poucas fontes que registraram a existência do engenho de Maguari permitem perceber que ele foi um notável estabelecimento, cuja história remonta a mais de cem anos de ocupação. Sobre o “antigo regime”, o local foi a propriedade de um homem destacável da sociedade paraense, que, nos finais de semana, evadia-se para lá com membros da aristocracia de Belém (Edwards, 1847).

Sob a direção de Benjamin Upton, tornou-se um conhecido e prestigiado engenho de arroz e serraria, com produção voltada, principalmente, para o mercado português. É neste momento que emerge a maior quantidade de registros do local, feitos por viajantes naturalistas que visitavam o sítio recreativamente e para a realização de estudos e coletas.

Com a falência do comércio do americano em Belém, Antonio José de Miranda adquire o engenho. Há um grande hiato nas informações sobre o sítio enquanto este esteve sobre a posse de Miranda. É apenas na década de 1880 que novos registros vão surgir informando que Francisco Acácio Corrêa, o Barão de Guamá, havia adquirido o local.

Muitos foram os usos dados ao engenho. Com Upton, a propriedade era focada na produção de arroz e na exploração da madeira através de sua serraria. Já no final do século XIX, o local vê suas atividades se diversificarem, conforme aponta matéria veiculada pelo periódico *Diário de Notícias*, que informa que a estrutura do sítio contava com:

[...] olaria, com 2 machinas para fazer tijolos de todas as qualidades, prensas para fabricação mecânica de telhas francezas chatas, com cavas cunieira etc, amassadores, rodas para louça, 2 fornos um aberto e outro de abobada com chaminé etc, serraria com serras circulares, motor à vapor e motor hydralico alimentado por 2 grandes açudes, e accessorias necessários para o serviço, como carros, animaes, barco, canôa, escaleres etc, casas para família e para trabalhadores, para aves e para gado, com estribarias e muitas arvores fructíferas. A propriedade comprehende mais de uma légua de terras (*Diário de Notícias*, 1893).

O local ganhou olaria, criação de animais, plantações de árvores frutíferas etc., demonstrando que, provavelmente, o estabelecimento comercial atuava em vários setores distintos. Da matéria também emerge, pela primeira vez, o tamanho da propriedade: mais de 1 légua (ou cerca de 5 quilômetros).

Identificar onde se localizava precisamente o antigo engenho ainda é tarefa incompleta. Ao longo do século XX, Belém sofreu um intenso processo de crescimento, que levou à urbanização de áreas antes distantes da capital. Prédios e propriedades – como a do engenho de Maguari –, que antes testemunhavam a ocupação desses locais, foram “engolidos” pela metrópole e jogados para o subsolo da memória da cidade.

Objetivamos, com este artigo, retirar da amnésia social a existência do engenho de Maguari. Com esse procedimento, esperamos chamar atenção para o processo de ocupação da região de fronteira entre Belém e Ananindeua – ainda hoje pouco clara –, bem como contribuir com a escrita de histórias localizadas em zonas periféricas.

REFERÊNCIAS

A Reação, [s. l.], 11 de agosto de 1889.

ANDERSON, D. A. Engenhos na Várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (org.). **Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1991. p. 101-121.

ARAÚJO, L. M. **Representações marajoaras em relatos de viajantes: natureza, etnicidade e modos de vida no século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ARAÚJO, L. M. **O que os viajantes levaram: a cultura material marajoara em invenção nos museus brasileiros e norte-americanos**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BATES, H. W. **The naturalist on the River Amazons: a record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel**. London: John Murray, 1892 [1863].

BEZERRA NETO, J. M. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga de Belém, 1860-1888. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 28, p. 221-250, 2002.

CARULA, K. **Darwinismo, raça e gênero**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CASTRO, E. M. R.; MARIN, R. E. A. **No Caminho das Pedras do Abacatal**. 2. ed. Belém: NAEA, 2004.

CUEVA, O. T. **Freedom in Amazonia: the black peasantry of Pará, Brazil, 1850-1950**. 2007. Dissertation. (Doctor of Philosophy) – Graduate Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2011.

Diário de Notícias, [s. l.], 11 de maio de 1893.

EDWARDS, W. H. **A voyage up the river amazon including a residence at Pará**. 1. ed. New York: D. Applenton & Company, 1847.

- FISCHER, L. R. C. **Diagnóstico Fundiário e Projeto de Apuração do Remanescente Patrimonial**. 1. ed. São Paulo: Acquarello, 2017.
- HEMMING, J. **Fronteira amazônica**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008 [1845].
- KURY, L. B. 2001. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], n. 41, v. 21, p. 157-172, 2001.
- LIMA, C. O. **A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia oitocentista: viagem, ciência e interações**. 2014. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.
- LISBOA, K. M. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARIN, R. E. A. Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará nos Séculos XVIII E XIX. **Papers do NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-29, 2000.
- MUNIZ, J. P. **Patrimônios dos Conselhos Municipaes do Estado do Pará**. Lisboa: Aillaud & C., 1904.
- NAXARA, M. R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília, DF: Editora da UnB, 2004.
- NUNES, F. A. Nas cercanias da Belém oitocentista: entre fazendas, sítios, olarias e engenhos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 05, n. 01, p. 75-89, 2018.
- O Liberal do Pará**, [s. l.], 11 de maio de 1893.
- PANTOJA, A. R. L. **Terra de Revolta**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2014.
- PATACA, H. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 2, p. 125-138, 2011.
- PLANCK, J. William H. Edwards & the Amazon. **Greene County History**. North Carolina, Vol. 37, No 2, p. 11-16, 2013.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *In*: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 159-174.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RICCI, M. Do patriotismo à revolução: história da cabanagem na Amazônia. *In*: RICCI, M. (org.). **Contando a História do Pará**: da conquista a sociedade da borracha. Belém: Motion, 2002. p. 225-266.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: IAP, 2005.

SANJAD, N. R. **A coruja de minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

SANTOS, S. F.; COSTA, D. M. Um sítio arqueológico, vários museus: o caso do Engenho do Murutucu, Belém/PA. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 12, n. 6, p. 105-122, 2017.

SARGES, M. N. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARRAF-PACHECO, A. **À margem dos “Marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.

SENADO. **Anais do Senado**: livro 5. Brasília, DF: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1869.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOUZA, F. F. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SPRUCE, R. **Notes of a Botanist on the Amazon & Andes**. Londres: Macmillan and Co., Limited, 1908.

Treze de Maio, [s. l.], 6 de setembro de 1845.

Treze de Maio, [s. l.], 25 de abril de 1854.

Treze de Maio, [s. l.], 22 de fevereiro de 1856.

VIANNA, A. **A Villa do Pinheiro**. Belém: Typ. e Enc. Instituto Lauro Sodré, 1906.

VINTON, J. A. **The Upton Memorial, a genealogical record of the descendants of John Upton of North Reading, Mass.** Massachusetts: E. Upton & Son, Bath, ME, 1874.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004 [1889].

WARREN, J. E. **Pará or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon**. Nova York: G. P. Putnam, 1851.

WATRIN, O. S.; HOMMA, A. K. O. **Evolução do uso da terra do Engenho Murutucu: história, geografia e ecologia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.